

03

**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURE SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEL EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E
FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO COM ESFORÇOS RESTRITOS DA
ISOLUX ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.**

celebrada em 30 de novembro de 2010

por

ISOLUX ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.,
como *Emissora*;

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,
como *Agente Fiduciário*.



Handwritten signature or initials.

04

ÍNDICE

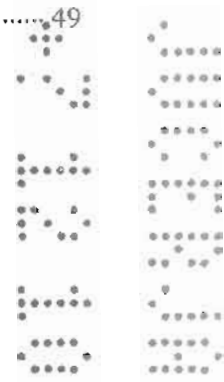
CLÁUSULA I	AUTORIZAÇÃO	5
CLÁUSULA II	REQUISITOS	5
2.1.	DA DISPENSA DE REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS	5
2.2.	ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO DOS ATOS SOCIETÁRIOS	5
2.3.	INSCRIÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO	5
2.4.	REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO, NEGOCIAÇÃO E CUSTÓDIA	6
2.5.	DOS LIMITES DA EMISSÃO	6
CLÁUSULA III	CARACTERÍSTICAS DA 1ª EMISSÃO	6
3.1.	SÉRIES	6
3.2.	VALOR TOTAL DA EMISSÃO	7
3.3.	QUANTIDADE	7
3.4.	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	7
3.5.	NÚMERO DA EMISSÃO	7
3.6.	BANCO MANDATÁRIO, INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA E AGENTE ESCRITURADOR	7
CLÁUSULA IV	CARACTERÍSTICAS DA DEBÊNTURE	8
4.1.	COLOCAÇÃO E PLANO DE DISTRIBUIÇÃO	8
4.2.	DATA DE EMISSÃO DA DEBÊNTURE	9
4.3.	VALOR NOMINAL UNITÁRIO DA DEBÊNTURE	9
4.4.	FORMA, CONVERSIBILIDADE E COMPROVAÇÃO DE TITULARIDADE DA DEBÊNTURE	9
4.5.	ESPÉCIE	10
4.6.	PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO	13
4.7.	PRAZO DE VIGÊNCIA E DATA DE VENCIMENTO	13
4.8.	PERIODICIDADE DE PAGAMENTO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO	13
4.9.	REMUNERAÇÃO DA DEBÊNTURE	14
4.10.	DATA DE PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO	17
4.11.	VENCIMENTO ANTECIPADO	19
4.12.	PAGAMENTO NA OCORRÊNCIA DE VENCIMENTO ANTECIPADO	24



[Assinatura]

05

4.13. RESGATE ANTECIPADO E AMORTIZAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS.....	24
4.14. MULTA E JUROS MORATÓRIOS	26
4.15. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS.....	26
4.16. LOCAL DE PAGAMENTO	26
4.17. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS	27
4.18. PUBLICIDADE.....	27
4.19. REPACTUAÇÃO PROGRAMADA.....	27
4.20. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA.....	27
4.21. RESTITUIÇÃO DE RECURSOS.....	28
CLÁUSULA V OBRIGAÇÕES DA EMISSORA.....	28
CLÁUSULA VI AGENTE FIDUCIÁRIO	33
CLÁUSULA VII AGDs.....	41
CLÁUSULA VIII DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA	43
CLÁUSULA IX NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES.....	44
CLÁUSULA X DISPOSIÇÕES GERAIS.....	47
CLÁUSULA XI FORO	49



[Handwritten signature]

06

**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURE SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEL EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E
FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO COM ESFORÇOS RESTRITOS DA
ISOLUX ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.**

Pela presente "Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debênture Simples, Não Conversível em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória, para Distribuição com Esforços Restritos da Isolux Energia e Participações S.A." (respectivamente, a "Escritura", a "Emissão" ou a "Oferta" e a "Debênture"),

na qualidade de emissora,

- (i) **ISOLUX ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara, nº 160, sala 1.818, Centro, CEP 20020-080, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ") sob o nº 04.726.861/0001-02, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a "Emissora" ou a "Companhia"); e

na qualidade de agente fiduciário,

- (ii) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato devidamente representada na forma do seu Estatuto Social, na qualidade de agente fiduciário da Emissão e nela interveniente (o "Agente Fiduciário"), representando o debenturista da 1ª emissão pública de Debênture da Emissora (o "Debenturista") (a Emissora e o Agente Fiduciário são doravante referidos em conjunto como "Partes" e, cada qual, individualmente e indistintamente, como uma "Parte");

vêm pela presente e na melhor forma de direito celebrar a presente Escritura, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir dispostas.



04

CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura é celebrada de acordo com a autorização da Assembléia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 16 de novembro de 2010 (a "**AGE da Emissora**"), nos termos do artigo 59, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a "**Lei das S.A.**").

CLÁUSULA II
REQUISITOS

2.1. DA DISPENSA DE REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

2.1.1. A Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na Comissão de Valores Mobiliários (a "**CVM**"), nos termos dos Artigos 1º, Inciso III, 3º e 6º da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação (respectivamente, a "**ICVM 476/09**" e a "**Oferta Restrita**").

2.2. ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO DOS ATOS SOCIETÁRIOS

2.2.1. A ata de AGE da Emissora que aprovou a Emissão, bem como seus respectivos termos e condições, foi devidamente protocolada para registro perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("**JUCERJA**"), sob o nº 00-2010/733746-0 e, mediante o respectivo arquivamento, será publicada pela Emissora no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Diário Mercantil, de acordo com as disposições aplicáveis da Lei das S.A.

2.3. INSCRIÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

2.3.1. Esta Escritura e eventuais aditamentos (os "**Aditamentos**") serão registrados na JUCERJA, nos termos do Artigo 62, Inciso II, da Lei das S.A.



08

2.4. REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO, NEGOCIAÇÃO E CUSTÓDIA

2.4.1. A Debênture será registrada para distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (o “SDT”), e para custódia eletrônica por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (o “SND”), não sendo passível de negociação no mercado secundário, quer seja em bolsa de valores, ou em mercado de balcão organizado administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (a “CETIP”), sendo a Debênture liquidada e custodiada na CETIP. A Debênture estará sujeita aos controles de compensação e liquidação da CETIP quando custodiada no SND.

2.4.2. Não obstante o descrito no item 2.4.1 acima, a Debênture somente poderá ser subscrita por um investidor qualificado, assim definido nos termos da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“ICVM 409/04”), e da ICVM 476/09 (os “Investidores Qualificados”) e não será passível de negociação no mercado secundário.

2.5. DOS LIMITES DA EMISSÃO

2.5.1. A presente Emissão atende aos limites previstos no caput do Artigo 6º da Lei das S.A., tendo em vista que o capital social da Emissora na Data de Emissão (conforme definido abaixo) é de R\$763.600.000,00 (setecentos e sessenta e três milhões e seiscentos mil reais), ao passo que o valor total da Emissão é de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA 1ª EMISSÃO

3.1. SÉRIES

3.1.1. A Emissão será realizada em uma única série.



- 5 -

09

3.2. VALOR TOTAL DA EMISSÃO

3.2.1. O valor total da Emissão é de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) (o "**Valor Total**" da Emissão).

3.3. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES

3.3.1. Será emitida 1 (uma) Debênture.

3.4. DESTINAÇÃO DE RECURSOS

3.4.1. Os recursos captados por meio da Oferta Restrita serão utilizados para o resgate de uma nota promissória comercial de emissão da Companhia, datada de 18 de junho de 2010 e identificada pelo código ISIN nº BRISLUNPM009 (a "NP").

3.5. NÚMERO DA EMISSÃO

3.5.1. A presente Escritura representa a 1ª (primeira) emissão pública com esforços restritos de debêntures da Emissora.

3.6. BANCO MANDATÁRIO E AGENTE ESCRITURADOR

3.6.1. O banco mandatário da Emissão e o agente escriturador da Debênture serão (i) **Itaú Unibanco S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, Torre Eudoro Villela, 7º andar, CEP 04309-010, inscrita no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04; e (ii) **Itaú Corretora de Valores S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ sob o nº 61.194.353/0001-64 (o "**Banco Mandatário**" e o "**Agente Escriturador**", respectivamente).



10

CLÁUSULA IV
CARACTERÍSTICAS DA DEBÊNTURE

4.1. COLOCAÇÃO E PLANO DE DISTRIBUIÇÃO

4.1.1. A Debênture será objeto da Oferta Restrita e destinada exclusivamente a um Investidor Qualificado, em observância ao plano de distribuição previamente acordado entre a Emissora e o Coordenador (conforme definido abaixo), nos termos desta Cláusula IV.

4.1.1.1. A Oferta Restrita será realizada sob regime de garantia firme de subscrição para a Debênture, com a intermediação do **Banco Votorantim S.A.**, instituição financeira integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 59.588.111/0001-03 (o "**Votorantim**" ou "**Coordenador**").

4.1.2. Sem prejuízo do disposto no item 4.1 acima, no âmbito da Oferta Restrita: (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados pelo Coordenador; e (ii) a Debênture poderá ser subscrita por, no máximo, 1 (um) Investidor Qualificado, nos termos da ICVM 476/09.

4.1.3. A colocação da Debênture será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o plano de distribuição descrito nesta Cláusula IV.

4.1.4. No ato de subscrição e integralização da Debênture, o Investidor Qualificado assinará declaração atestando a respectiva condição de Investidor Qualificado e de que está ciente de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) a Debênture está sujeita às restrições de negociação previstas na ICVM 476/09 e nesta Escritura.

4.1.5. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador a nenhum Investidor Qualificado interessado em adquirir a Debênture no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas,



11

nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

4.1.6. O Coordenador será responsável pela subscrição e integralização da Debênture, caso não seja subscrita e/ou integralizada no âmbito da Oferta, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data de registro da Debênture no SDT.

4.2. DATA DE EMISSÃO DA DEBÊNTURE

4.2.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão da Debênture será 18 de junho de 2010 (a "Data de Emissão").

4.3. VALOR NOMINAL UNITÁRIO DA DEBÊNTURE

4.3.1. O valor nominal unitário da Debênture, na Data de Emissão, será de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) (o "Valor Nominal Unitário").

4.3.2. Adicionalmente ao disposto no item 4.3.1 acima, o Debenturista – quer seja pessoa natural ou jurídica, de acordo com inciso IV do Artigo 4º da ICVM 409/04 – deverá subscrever e/ou adquirir, no âmbito da Emissão, Debênture no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), consoante o disposto no Artigo 4º, Inciso II, da ICVM 476/09.

4.4. FORMA, CONVERSIBILIDADE E COMPROVAÇÃO DE TITULARIDADE DA DEBÊNTURE

4.4.1. A Debênture será simples e não será conversível em ações de emissão da Emissora. A Debênture será emitida sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautela ou certificado. Para todos os fins de direito, a titularidade da Debênture será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Agente Escriurador da Debênture. Adicionalmente, a CETIP expedirá extrato em nome do titular da Debênture – que servirá de comprovante de titularidade – com relação à Debênture custodiada na CETIP.



12

4.5. ESPÉCIE

4.5.1. A Debênture é da espécie com garantia real e também contará com garantia fidejussória.

4.5.1.1. A garantia real é representada pela cessão fiduciária, nos termos da legislação aplicável:

- (i) de Certificado de Depósito Bancário — CDB de emissão do Banco Votorantim S.A., de titularidade da Companhia em quantia, desde a data da efetiva subscrição e integralização da Debênture até a Data de Vencimento da Debênture ou a data de vencimento antecipado da Debênture ou a data da completa Amortização Extraordinária da Debênture (conforme definido abaixo), não inferior a:
 - (a) desde a Data de Emissão até 15 de dezembro de 2010 (inclusive), o menor valor entre R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais) e o valor estimado do pagamento subsequente de Remuneração (conforme definido abaixo) da Debênture; e
 - (b) após 15 de dezembro de 2010, o valor estimado do pagamento subsequente de Remuneração (conforme definido abaixo) da Debênture, nos termos dos Documentos das Garantias (conforme definido abaixo);
- (ii) de direitos relativos a uma conta bancária, mantida pela Emissora junto ao Banco Votorantim S.A. ("**Instituição Depositária da Conta Vinculada**") sob a modalidade de conta vinculada ("**Conta Vinculada**"), na qual ficarão depositados valores a que a Companhia fizer jus a título de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio e que sejam distribuídos por qualquer das seguintes sociedades nas quais a Companhia mantém participação societária: (a) Expansão Transmissão de Energia Elétrica S.A.; (b) Expansão Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.; (c) Itumbiara

13

Transmissora de Energia S.A.; (d) Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.; (e) Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.; (f) Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.; (g) Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.; (h) LT Triangulo S.A.; (i) Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.; (j) Vila do Conde Transmissora de Energia S.A.; (l) Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.; (m) Jauru Transmissora de Energia S.A.; (n) Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A.; (o) Linhas de Macapa Transmissora de Energia S.A.; e (p) Interligação Elétrica Norte Nordeste S.A. ("Transmissoras"), nos termos dos Documentos das Garantias. Fica ressalvado, entretanto, que quaisquer valores a que a Companhia fizer jus a título de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, distribuídos pelas Transmissoras e que sejam objeto de excussão de garantia outorgada pela Companhia em favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social—BNDES ("BNDES") e de outras instituições financeiras atuantes na qualidade de agentes financeiros, no âmbito de financiamentos contratados pelas Transmissoras junto ao BNDES, conforme o caso, não integrarão a garantia referida neste item (ii). Com relação à Emissão, o valor compreendido pela Conta Vinculada deverá corresponder, desde a data da efetiva subscrição, à integralização da Debênture até a Data de Vencimento da Debênture ou a data de vencimento antecipado da Debênture ou a data da completa Amortização Extraordinária da Debênture (conforme definido abaixo), no máximo, ao valor da soma da próxima parcela de pagamento de Amortização (conforme definido abaixo) da Debênture e da próxima parcela de Remuneração da Debênture, nos termos dos Documentos das Garantias (conforme definido abaixo).

4.5.1.1.1. As garantias referidas no item 4.5.1.1 acima foram devidamente aprovadas pela Companhia consoante as deliberações tomadas na AGE da Emissora.



14

4.5.1.1.2. Para os fins do item 4.5.1.1 (i) acima, fica estabelecido que a Companhia estará sujeita ao prazo de até 15 (quinze) dias corridos para a recomposição da garantia lá indicada caso, a qualquer tempo, o Certificado de Depósito Bancário — CDB objeto de tal garantia seja utilizado para a satisfação do crédito do titular da Debênture, nos termos dos Documentos das Garantias (conforme definido abaixo).

4.5.1.2. A garantia fidejussória (fiança) é representada por fiança, concedida pela **Grupo Isolux Corsán, S.A. ("Garantidora")**, nos termos das disposições legais aplicáveis.

4.5.1.2.1. Para os fins do item 4.5.1.2 acima, fica estabelecido que os documentos representativos da garantia fidejussória a ser outorgada pela Garantidora deverão estar devidamente notariados, consularizados e/ou de outra forma devidamente legalizados de acordo com as disposições de apostilamento e registro de documentos estrangeiros aplicáveis, de forma que sejam existentes válidos e vigentes no Brasil, para todos os fins e efeitos legais, em até 30 (trinta) dias contados desde a data da subscrição e integralização da Debênture.

4.5.1.2.2. Tendo em vista o disposto no item 4.5.1.2.1 acima, a subscrição e integralização da Debênture pelo respectivo Debenturista importará na ciência e no consentimento por parte de tal Debenturista com relação ao prazo de até 30 (trinta) dias contados desde a data da subscrição e integralização da Debênture, para a conclusão dos procedimentos aplicáveis à constituição e formalização da garantia fidejussória indicada no item 4.5.1.2. Adicionalmente e, para a ausência de dúvidas, a subscrição e integralização da Debênture importará em renúncia do Debenturista a quaisquer reclamações, ações e/ou questionamentos perante o Agente Fiduciário (quer seja em âmbito judicial, administrativo ou outro) com relação ao prazo de até 30 (trinta) dias contados desde a data da subscrição e integralização da Debênture, para a conclusão

15

dos procedimentos aplicáveis à garantia fidejussória indicada no item 4.5.1.2.

4.5.2. Para a ausência de dúvida, as garantias referidas no item 4.5.1 acima são outorgadas em caráter irrevogável e irretratável pela Companhia e pela Garantidora, vigendo até a integral liquidação do Valor Total da Emissão na Data de Emissão, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, incluindo, sem limitação, aquelas devidas ao Agente Fiduciário (o "**Valor Garantido**"), nos termos do *Contrato de Cessão Fiduciária de Certificado de Depósito Bancário - CDB e de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças*, da presente Escritura e demais instrumentos jurídicos competentes à formalização das garantias, a serem firmados entre a Companhia, a Garantidora, o Agente Fiduciário e a Instituição Depositária da Conta Vinculada (conjuntamente, os "**Documentos das Garantias**").

4.6. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO

4.6.1. A Debênture será subscrita pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme definida no item 4.9 abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização (o "**Preço de Subscrição**").

4.6.2. A Debênture será integralizada em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição.

4.7. PRAZO DE VIGÊNCIA E DATA DE VENCIMENTO

4.7.1. A Debênture terá prazo de vigência de até 36 (trinta e seis) meses, contado a partir da Data de Emissão, com vencimento, portanto, em 18 de junho de 2013 (o "**Prazo de Vigência**" e a "**Data de Vencimento**", respectivamente).

4.8. PERIODICIDADE DE PAGAMENTO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO

4.8.1. o Valor Nominal Unitário será amortizado mediante o pagamento de 6 (seis) parcelas, nos percentuais e datas evidenciados na tabela abaixo



16

(cada qual, uma “Amortização”), sendo a primeira no dia 15 de dezembro de 2010, ressalvado, no entanto, a possibilidade de a Companhia realizar Amortizações Extraordinárias (conforme definido abaixo), as quais, em todo caso:

# DO PAGAMENTO DE AMORTIZAÇÃO	PERCENTUAL DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO OBJETO DE AMORTIZAÇÃO (COM ATÉ QUATRO CASAS DECIMAIS)	DATA DO PAGAMENTO DA AMORTIZAÇÃO
1	12,0000%	15 de dezembro de 2010
2	14,0000%	18 de junho de 2011
3	16,0000%	18 de dezembro de 2011
4	18,0000%	18 de junho de 2012
5	20,0000%	18 de dezembro de 2012
6	20,0000%	18 de junho de 2013

4.9. REMUNERAÇÃO DA DEBÊNTURE

4.9.1. A partir da Data de Emissão, a Debênture fará jus ao pagamento de juros remuneratórios, incidentes sobre o respectivo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário e equivalentes a 100% (cem por cento) da taxa média diária dos DI – Depósitos Interfinanceiros – de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponibilizado em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (a “Taxa DI”), capitalizada de uma sobretaxa de 4,35% a.a. (quatro inteiros e trinta e cinco por cento ao ano), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa “pro rata temporis”, por dias úteis corridos, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), de acordo com a seguinte fórmula (a “Remuneração”):

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1), \text{ onde:}$$

17

"J" corresponde ao valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamentos;

"VNe" corresponde ao valor nominal de emissão ou saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

"FatorJuros" é o fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread, \text{ onde:}$$

"FatorDI" corresponde ao produtório das Taxas DI, da data de início de cada Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

, onde:

"n_{DI}" corresponde ao número total de Taxas DI, sendo "n_{DI}" um número inteiro;

"TDI_k" corresponde à Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1$$

, onde:

"k" = 1, 2, ..., n;

"DI_k" corresponde à Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

"d_k" corresponde ao número de dias úteis correspondentes ao prazo de validade da taxa DI over, sendo "d_k" um número inteiro;



18

"FatorSpread" corresponde à sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{360}} \right] \right\}$$

, onde:

"spread" corresponde ao *spread*, ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, equivalente a 4,3500 (quatro inteiros e trinta e cinco centésimos), informado com 4 (quatro) casas decimais; e

"DP" corresponde ao número de dias úteis entre a Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização e a data atual, sendo **"DP"** um número inteiro.

Ficando estabelecido, para os fins do presente item que:

- (i) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;
- (ii) o fator resultante da expressão $[1 + (TDI_i)]$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento;
- (iii) efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_i)]$, sendo que, a cada fator diário acumulado, considera-se seu resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iv) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (v) considera-se o resultado da multiplicação do FatorDI pelo FatorSpread com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.9.2. A remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do



19

Valor Nominal Unitário da Debênture, desde a Data da Emissão – ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso –, até a data do seu efetivo pagamento.

4.9.3. Define-se “**Período de Capitalização**” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento.

4.9.4. O Valor Nominal Unitário da Debênture não será atualizado.

4.10. DATA DE PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO

4.10.1. O pagamento da Remuneração será feito nas mesmas datas em que forem feitos os pagamentos de Amortização da Debênture.

4.10.1.1. Fará jus à Remuneração o titular da Debênture: (i) que assim conste nos registros do Agente Escriurador; ou (ii) ~~com~~ custódia na CETIP, ficando ressalvado que em ambos os casos ~~terá~~ direito ao recebimento o titular da Debênture que ao final do dia útil anterior à data de cada pagamento for titular da Debênture, nos termos deste item 4.10.

4.10.1.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.10.1 acima, tendo em vista a possibilidade de realização de Amortizações Extraordinárias, nos termos do item 4.13.2 (b) abaixo:

- (i) por ocasião de uma Amortização Extraordinária, o valor a ser pago ao Debenturista a título de Remuneração será proporcional ao percentual do Valor Nominal Unitário objeto de Amortização Extraordinária (conforme estabelecido no item 4.13 abaixo), e pago na Data da Liquidação de tal Amortização Extraordinária; e



- 20
- (ii) o valor da Remuneração aplicável ao Período de Capitalização em que ocorrer uma Amortização Extraordinária e que não houver sido pago na respectiva Data da Liquidação, será pago na data de pagamento de Amortização subsequente.

4.10.2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Cláusula IV, será utilizado, em substituição, o último valor divulgado para a Taxa DI, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte do Debenturista, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.10.3. Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data esperada para a sua apuração e/ou divulgação (o "**Período de Ausência da Taxa DI**"), ou ainda, no caso de extinção da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Deliberação do Debenturista, a se realizar nos moldes das Assembléias Gerais de Debenturistas, conforme as disposições da Lei das S.A. (cada qual, uma "**AGD**"), nos termos do Artigo 124 da Lei das S.A., para definir, de comum acordo com a Emissora – observada a regulamentação aplicável – o novo parâmetro de remuneração a ser aplicado à Debênture. A AGD será realizada no prazo de 20 (vinte) dias corridos, contado a partir do último Período de Ausência da Taxa DI.

4.10.4. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração a ser aplicado à Debênture entre a Emissora e o Debenturista, fica a Emissora desde já obrigada a resgatar a Debênture então em circulação, com o respectivo e conseqüente cancelamento, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contado a partir da data de realização da respectiva AGD ou na Data de Vencimento (o que ocorrer primeiro), acrescido da Remuneração da Debênture devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso. Será utilizado para o cálculo da Remuneração o valor da última Taxa DI divulgada até a data do cálculo.



21

4.10.5. O resgate aqui definido seguirá os procedimentos adotados pela CETIP e será efetuado por meio do Banco Mandatário para o Debenturista cuja Debênture não esteja depositada em custódia vinculada à CETIP.

4.11. VENCIMENTO ANTECIPADO

4.11.1. O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas à Debênture e exigirá o imediato pagamento, pela Emissora, do respectivo saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, devida desde a data da Emissão, ou da data de pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, inclusive, até a data do efetivo pagamento, exclusive, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, mediante a ciência da ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:

- (i) inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias e/ou dívidas ou, ainda, aceleração do vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias e/ou dívidas: (a) da Companhia em valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais); e/ou (b) de quaisquer de suas respectivas controladoras, quer seja direta ou indiretamente, em valor superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), desde que tais inadimplementos previstos nos itens (a) e/ou (b) acima não sejam sanados ou a aceleração não seja curada no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contado da data em que qualquer das obrigações referidas acima se torne devida, nos respectivos termos e condições;
- (ii) (a) decretação de falência da Companhia e/ou de quaisquer de suas respectivas controladoras, quer seja direta ou indiretamente, e/ou sociedades controladas e/ou coligadas (conjuntamente, as "Afiliadas"); (b) pedido de falência pela Companhia e/ou por quaisquer das respectivas Afiliadas; (c) pedido de falência da Companhia e/ou de quaisquer das respectivas Afiliadas formulado por terceiro(s) e não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial pela Companhia e/ou por quaisquer das respectivas Afiliadas, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e)

liquidação, dissolução ou extinção da Companhia e/ou de quaisquer das respectivas Afiliadas;

- (iii) alteração, direta ou indireta, do controle acionário da Companhia, sem aprovação prévia do titular da Debênture em AGD, entendendo-se por controle as prerrogativas contempladas no Artigo 116 da Lei das S.A.;
- (iv) realização pela Companhia, seja a que título for, de qualquer pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer participação estatutária em lucros – exceto no que se refere ao dividendo mínimo obrigatório estabelecido pelo Estatuto Social da Companhia ou exigido pela Lei das S.A. e/ou legislação aplicável – caso a Companhia esteja em situação de inadimplemento com relação a qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária referente à Debênture;
- (v) inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação de natureza pecuniária (quer seja relativa ao pagamento do Valor Nominal Unitário, da Remuneração ou outro) ou não pecuniária referente à Debênture, não sanado em até 2 (dois) dias úteis, contados da data do respectivo inadimplemento;
- (vi) caso quaisquer ativos relativos às linhas transmissoras de titularidade das Transmissoras sejam alienados pela Companhia, sem o prévio e expresso consentimento por escrito do titular da Debênture em AGD, com exceção da alienação pela Companhia de participação societária de sua titularidade no capital social das seguintes sociedades: (a) Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.; (b) Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.; (c) Itumbiara Transmissora de Energia S.A.; (d) Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.; (e) Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.; (f) Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.; (g) Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.; e (h) LT Triângulo S.A.;
- (vii) caso a Companhia contraia em seu nome qualquer tipo de endividamento, sem o prévio e expresso consentimento por escrito



23

do titular da Debênture em AGD, exceto pela prestação de quaisquer garantias fidejussórias (quer seja cartulares (avais) ou outras) outorgadas pela Companhia em favor de qualquer de suas controladas e/ou coligadas que sejam prestadas exclusivamente no contexto do financiamento de projetos de infra-estrutura e energia (quer seja de curto e/ou de longo prazos);

- (viii) caso quaisquer recursos correspondentes aos dividendos e/ou aos juros sobre capital próprio devidos à Companhia pelas Transmissoras sejam depositados em outra conta corrente que não a Conta Vinculada sem o prévio e expresso consentimento por escrito do titular da Debênture em AGD, enquanto o saldo da Conta Vinculada não atingir o montante especificado no item 4.5.1.1 (ii) acima e contanto que tais recursos não sejam transferidos pela Companhia para a Conta Vinculada no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contado da data em que forem depositados em outra conta que não a Conta Vinculada;
- (ix) protesto legítimo de títulos contra a Companhia ou contra qualquer uma de suas Afiliadas com valor unitário ou agregado de, no mínimo, R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), por cujo pagamento a Companhia seja responsável, ainda que na condição de garantidora, desde que referido protesto não seja sanado ou suspenso em até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data em que a Companhia tomar ciência da ocorrência de referido protesto;
- (x) descumprimento de qualquer decisão transitada em julgado de natureza judicial proferida contra a Companhia ou contra qualquer de suas Afiliadas, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), desde que tal descumprimento não tenha sido sanado em até 15 (quinze) dias corridos contados a partir da respectiva data de descumprimento;
- (xi) transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos Artigos 220 a 222 da Lei das S.A.;

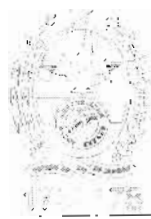


Handwritten signature or mark.

24

- (xii) implementação, integração e/ou de outra forma, envolvimento da Companhia em qualquer operação de reestruturação societária, incluindo, sem limitação, qualquer fusão, cisão, incorporação sem o prévio e expresso consentimento por escrito do titular da Debênture em AGD, exceto se realizada com Afiliadas da Companhia;
- (xiii) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Companhia em qualquer dos documentos relacionados à Emissão são falsas, incorretas ou enganosas em qualquer aspecto;
- (xiv) ocorrência das hipóteses mencionadas nos Artigos 333 e 1.425 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil");
- (xv) caso qualquer das Transmissoras, a qualquer tempo durante o Prazo de Vigência da Debênture, deixe de manter a titularidade da(s) respectiva(s) concessões perante o(s) competente(s) poderes concedentes, exceto em face da expressa anuência do titular da Debênture em AGD, com relação à eventual perda de concessão por parte de qualquer das Transmissoras e exceto em razão da alienação pela Companhia da participação societária de sua titularidade no capital social das seguintes sociedades: (a) Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.; (b) Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.; (c) Itumbiara Transmissora de Energia S.A.; (d) Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.; (e) Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.; (f) Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.; (g) Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.; (h) LT Triângulo S.A.;
- (xvi) não utilização dos recursos obtidos com a Emissão para o resgate antecipado da NP; e
- (xvii) alteração, direta ou indireta, do controle acionário de qualquer das Transmissoras em razão da excussão de eventuais garantias outorgadas por qualquer tal Transmissora em favor de terceiros.

4.11.2. A ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos itens (ii), (iii), (iv), (v) – exclusivamente no que diz respeito às obrigações de natureza



10

95

pecuniária referentes à Debênture –, (vi), (vii), (viii), (xi), (xii), (xiv), (xv) e (xvi) do item 4.11.1 acima, resultará no vencimento antecipado automático da Debênture, independentemente de qualquer consulta ao Debenturista, bem como, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial à Emissora.

4.11.3. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos itens (i), (v) – exclusivamente no que diz respeito às obrigações de natureza não pecuniária referentes à Debênture –, (ix), (x), (xiii) e (xvii) do item 4.11.1 acima, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos o Agente Fiduciário deverá convocar o titular da Debênture para a realização de AGD, que poderá determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado da Debênture, de acordo com as disposições da Cláusula VII abaixo, notadamente do item 7.6.3 abaixo.

4.11.3.1. Para os fins do item 4.11.3 acima, na hipótese (i) de não instalação da AGD referida no item 4.11.3, em primeira e em segunda convocação, por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 4.11.3 acima (i.e., determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado da Debênture), o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado da Debênture nos termos indicados no item 4.11.1 acima.

4.11.4. Para fins do item (ii) do item 4.11.1 acima, será considerado como decretação de falência, recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, qualquer procedimento extrajudicial ou judicial análogo previsto na legislação que venha a substituir ou complementar a atual legislação aplicável a falências, recuperação judicial e extrajudicial, conforme definidos, em ambos os casos, na Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme alterada.

4.11.5. Uma vez vencida antecipadamente a Debênture, nos termos da presente item 4.11, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada à Emissora, com cópia para CETIP.

26

4.12. PAGAMENTO NA OCORRÊNCIA DE VENCIMENTO ANTECIPADO

4.12.1. Na ocorrência do vencimento antecipado da Debênture, nos termos do item 4.11 acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da última Remuneração, conforme o caso, inclusive, até a data do seu efetivo pagamento, exclusive, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora ao detentor da Debênture nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento pela Emissora de comunicação nesse sentido a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula IX desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.14.1 abaixo.

4.13. RESGATE ANTECIPADO E AMORTIZAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS

4.13.1. A Emissão não contemplará o resgate antecipado facultativo da Debênture.

4.13.2. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, mediante deliberação em Assembleia Geral da Emissora, realizar a amortização extraordinária parcial da Debênture (cada qual, uma "Amortização Extraordinária"). Cada Amortização Extraordinária, conforme aplicável, será realizada de acordo com as seguintes disposições:

- (i) a Emissora realizará cada Amortização Extraordinária por meio de comunicação por escrito ao Agente Fiduciário, com, no mínimo, 10 (dez) dias úteis de antecedência da data definida para a liquidação de tal Amortização Extraordinária, devendo a comunicação indicar (a) o percentual do Valor Nominal Unitário objeto de amortização, o qual, em todo caso, não deverá ultrapassar 98% (noventa e oito por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture, (b) a data em que se efetivará a Amortização Extraordinária (a "Data da Liquidação"), e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização de tal Amortização Extraordinária;



Handwritten signature and initials.

- (ii) o valor a ser pago ao Debenturista no âmbito de cada Amortização Extraordinária será equivalente ao percentual do Valor Nominal Unitário não amortizado acrescido dos juros remuneratórios da Debênture proporcionais ao valor da Amortização Extraordinária devidos e ainda não pagos até a Data da Liquidação, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido, ainda, de prêmio a ser calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Prêmio} = \sum_{n=1}^6 \text{Valor Amortizado}_n \cdot \left[(1 + 4,3500\%)^{\frac{DU_n}{252}} - 1 \right]$$

onde:

Prêmio: valor em reais a ser pago para o Debenturista como prêmio pela Amortização Extraordinária correspondente à somatória do Valor Amortizado corrigido pelos juros remanescentes até a próxima Data do pagamento da Amortização, conforme tabela do item 4.8;

Valor Amortizado_n = valor correspondente ao percentual do Valor Nominal Unitário objeto da Amortização Extraordinária acrescido da Remuneração até a Data da Liquidação, conforme item 4.9, ponderado pelo percentual que cada Amortização de número "n" representa do total da emissão ainda vigente;

DU_n = quantidade de dias úteis entre a Data da Liquidação e a data "n" correspondente à Data do Pagamento da Amortização; e

n = 1, 2, 3, 4, 5 e 6, conforme tabela do item 4.8.

- (iii) caso a Debênture esteja custodiada na CETIP, cada Amortização Extraordinária (contemplando o pagamento de cada um dos componentes indicados nos item 4.13.2(ii) acima) obedecerá aos procedimentos determinados pela CETIP. Em consonância com o disposto neste item 4.13.2, a CETIP deverá ser notificada pela



28

Emissora e pelo Agente Fiduciário com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da Data da Liquidação.

4.13.3. Caso, após cada Amortização Extraordinária, o saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture atinja valor inferior a 2% (dois por cento) do Valor Nominal Unitário da Debênture na Data de Emissão, a Emissora deverá obrigatoriamente resgatar antecipadamente a Debênture.

4.14. MULTA E JUROS MORATÓRIOS

4.14.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida ao titular da Debênture, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração devida nos termos desta Escritura, os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão sujeitos a: (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.15. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

4.15.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.14 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora na data prevista nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora nesse sentido não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito ao pagamento dos valores em atraso até a data do respectivo vencimento.

4.16. LOCAL DE PAGAMENTO

4.16.1. Os pagamentos a que fizer jus a Debênture serão efetuados pela Emissora em conformidade com os procedimentos da CETIP, no mesmo dia do respectivo vencimento, conforme a Debênture esteja custodiada junto à CETIP. A Debênture, caso não esteja custodiada junto à CETIP, terá os seus pagamentos realizados junto ao Banco Mandatário, no mesmo dia do respectivo vencimento.

29

4.17. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

4.17.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou feriado bancário no local de pagamento da Debênture, conforme indicado no item 4.16 acima, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.18. PUBLICIDADE

4.18.1. Todos os atos e decisões relevantes decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses do titular da Debênture, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso ao Debenturista" no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Diário Mercantil, utilizados pela Emissora para efetuar as publicações estabelecidas nos termos da Lei das S.A. e/ou pela CVM.

4.19. REPACTUAÇÃO

4.19.1. A Debênture não estará sujeita à repactuação.

4.20. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

4.20.1 Caso o titular da Debênture goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, referido titular da Debênture deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data prevista para recebimento de valores relativos à Debênture, documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não fosse imune ou gozasse de isenção tributária. Até a data de cada pagamento, o titular da Debênture que goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária nos

30

termos deste item 4.20.1 deverá permanecer titular da respectiva Debênture, não podendo negociar suas respectiva Debênture até data posterior a cada pagamento.

4.21. RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

4.21.1. Caso a Emissão não seja efetivada – por qualquer motivo – e, observadas as disposições do item 4.1.6 acima, os recursos empregados por qualquer investidor para a subscrição da Debênture deverão ser devolvidos ao respectivo investidor, por intermédio do Banco Mandatário, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado a partir da data do encerramento da Emissão, ficando, porém, desde já estabelecido que tais recursos serão devolvidos ao investidor sem incidência de Remuneração, juros ou correção monetária a qualquer título.

CLÁUSULA V
OBRIGAÇÕES DA EMISSORA

5.1. A Emissora obriga-se a:

(i) fornecer ao Agente Fiduciário:

(a) dentro de, no máximo, 105 (cento e cinco) dias corridos, contados a partir do término de cada exercício social; (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer de auditores independentes; (2) declaração do Diretor Financeiro da Emissora atestando o cumprimento integral das disposições previstas nesta Escritura; bem como (3) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora ou à sua respectiva administração, e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas/finanças da Emissora;

(b) informação a respeito de qualquer dos eventos mencionados no item 4.11 acima, imediatamente após o seu conhecimento pela Emissora, sem prejuízo do Agente Fiduciário poder declarar



antecipadamente vencidas as obrigações relativas à Debênture, nos limites desta Escritura;

- (c) avisos ao titular da Debênture e ao Agente Fiduciário, fatos relevantes, bem como atas de assembléias gerais e reuniões de Diretoria que deliberem a respeito de matérias relacionadas à Emissão e que, de alguma forma, envolvam o interesse do titular da Debênture, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados a partir da data em que forem publicados e/ou, caso não tenham sido publicados, da data em que forem realizados; e
 - (d) informações sobre qualquer descumprimento de qualquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura, sem prejuízo do disposto no item (iii) abaixo;
- (ii) cumprir todas as determinações legais aplicáveis e/ou emanadas da CVM, relacionadas com a Debênture, inclusive mediante envio de documentos, e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas pela CVM, conforme aplicável, observada a legislação aplicável, devendo manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento ao Agente Fiduciário e/ou ao Debenturista na forma exigida pela CVM;
 - (iii) notificar imediatamente o Agente Fiduciário, observadas as disposições aplicáveis à política de divulgação de informações da Emissora, conforme aplicáveis, sobre qualquer alteração substancial e adversa na sua condição financeira, econômica, comercial, operacional ou societária ou nos seus negócios que na opinião da Emissora: (a) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura; (b) faça com que as suas demonstrações ou informações financeiras não mais reflitam a sua real condição financeira; e/ou (c) implique o descumprimento pela Emissora de quaisquer termos e condições desta Escritura;
 - (iv) cumprir, em todos os aspectos relevantes, as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;



32

- (v) não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e/ou com esta Escritura, sem prejuízo das demais disposições legais e regulamentares em vigor;
- (vi) manter contratados, durante o Prazo de Vigência da Debênture, às suas expensas, o Agente Escriturador, o Banco Mandatário e o Agente Fiduciário;
- (vii) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas e os princípios contábeis previstos na Lei das S.A. e os princípios prescritos pela CVM (as "**Práticas Contábeis Adotadas no Brasil**");
- (viii) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por auditor(es) independente(s) registrado(s) na CVM e que gozem de boa reputação internacional;
- (ix) conduzir todas as operações com Afiliadas e/ou partes relacionadas em valores de mercado e bases eqüitativas; e
- (x) aplicar os recursos obtidos na Emissão conforme determinado no item 3.4.1 desta Escritura, bem como comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que possa importar em modificação da utilização desses recursos.

5.2. A Emissora obriga-se a ressarcir o Agente Fiduciário de todas as despesas razoável e comprovadamente incorridas para proteger os direitos e interesses do titular da Debênture e/ou para realizar seus respectivos créditos, inclusive honorários advocatícios, e outras despesas e custos comprovada e razoavelmente incorridas em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao Debenturista nos termos desta Escritura.

5.2.1. As despesas a que se refere o item 5.2 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, avisos, editais e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outros que vierem a ser exigidos pela legislação e/ou regulamentação aplicável;



Handwritten signature and initials.

- (b) emissão/obtenção de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (c) despesas de viagem, alimentação, estadia e transporte quando necessárias ao desempenho de suas respectivas funções/atribuições; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses do titular da Debênture.

5.2.2. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas comprovadas e razoavelmente incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos do titular da Debênture, que não tenha sido pago na forma do item 5.2 e 5.2.1 acima, será acrescido à dívida da Emissora e preferirá à Debênture na ordem de pagamento.

5.2.3. O ressarcimento das despesas de que trata o item 5.2 acima será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas pelo Agente Fiduciário, necessárias à proteção dos direitos do titular da Debênture.

5.2.4 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses do Debenturista deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelo Debenturista e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelo Debenturista incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante do Debenturista. As eventuais despesas, depósitos e custas



N
/

judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelo Debenturista, bem como, a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia do Debenturista para cobertura do risco da sucumbência.

5.3. A Debênture não será admitida à negociação em mercados regulamentados. Caso, porventura, a Companhia e o Debenturista em AGD, resolvam pela admissão à negociação da Debênture em mercados regulamentados, nos termos do Parágrafo 1º do Artigo 17 da ICVM 476/09, conforme for o caso, a Emissora, sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na legislação/regulamentação em vigor, se obrigará a:

- (i) preparar e disponibilizar ao Agente Fiduciário suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das S.A. e com as regras emitidas pela CVM;
- (ii) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor(es) independente(s) registrado(s) na CVM e que gozem de boa reputação internacional;
- (iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditor(es) independente(s) registrado(s) na CVM e que gozem de boa reputação internacional, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados a partir do encerramento de cada exercício social;
- (iv) manter os documentos mencionados no item (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (v) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (a "ICVM 358/02"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer "Fato Relevante", conforme definido no artigo 2º da Instrução



35

CVM 358/02, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente ao Coordenador; e

(vii) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.

5.4. Adicionalmente, nos termos do Artigo 9 da ICVM 476/09, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures pelo prazo de, no mínimo, 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, objeto da presente Escritura, exceto no caso de tal nova oferta ser submetida a registro na CVM.

CLÁUSULA VI **AGENTE FIDUCIÁRIO**

6.1. A Emissora nomeia e constitui **Pentágono S.A. distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, acima qualificado, como agente fiduciário da Emissão e que, por este ato, aceita a respectiva nomeação para, nos termos da Lei das S.A., das demais disposições legais e regulatórias aplicáveis e da presente Escritura, representar – a qualquer tempo – perante a Emissora, os interesses do titular da Debênture.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara sob as penas da lei, que:

- (i) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação aplicáveis e nesta Escritura;
- (ii) conhece e aceita integralmente a presente Escritura, todas as respectivas cláusulas, termos e condições;
- (iii) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;



- 36
- (iv) a celebração desta Escritura e o cumprimento das respectivas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
 - (v) não está sujeito a qualquer impedimento legal, conforme Artigo 66, Parágrafo 3º, da Lei das S.A. e do Artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("ICVM 28/83") para exercer a função e as atribuições que lhe são conferidas;
 - (vi) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no Artigo 10 da ICVM 28/83;
 - (vii) *é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis do República Federativa do Brasil;*
 - (viii) os respectivos representantes que assinam esta Escritura têm poderes societários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
 - (ix) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
 - (x) verificou, com base nas informações contidas no item 2.5 acima, os limites de emissão previstos no Artigo 60 da Lei das S.A.;
 - (xi) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer plenamente suas funções e/ou atribuições;
 - (xii) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
 - (xiii) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura; e
 - (xiv) está ciente da legislação e regulamentação aplicável às obrigações e/ou atribuições ora assumidas.

34

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que competem ao Agente Fiduciário, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura correspondente a uma remuneração anual de R\$15.000,00 (quinze mil reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia útil após a assinatura da presente Escritura e, as demais parcelas, no mesmo dia dos anos subseqüentes.

6.4.1. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou a completa Amortização Extraordinária da Debênture em circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

6.4.2. Em caso de inadimplemento pecuniário por parte da Emissora no contexto da presente Emissão, será devido ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado às atividades do Agente Fiduciário com relação à presente Emissão, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora, para assessoria ao Debenturista em processo de renegociação das condições da Debênture requerido pela Emissora, bem como para (i) comparecimento em reuniões formais com Emissora e/ou Debenturista e AGD; (ii) implementação das conseqüentes decisões tomadas pelo Debenturista em AGD.

6.4.3. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

6.4.4. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos do item 6.4 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços ao Mercado, publicado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura.



6.4.5. As parcelas de remuneração citadas no item 6.4 acima serão acrescidas dos seguintes tributos: ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o Imposto de Renda nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.5. Constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, sem prejuízo de outros previstos na legislação e regulamentação aplicáveis e nesta Escritura:

- (i) proteger os direitos e interesses do titular da Debênture, empregando, no exercício de suas respectivas funções e atribuições, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (ii) evitar conflitos de interesses e, conforme o caso, renunciar à condição de Agente Fiduciário na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais documentos e papéis relacionados ao exercício de suas funções e atribuições;
- (iv) verificar, no momento da aceitação de suas respectivas funções e atribuições, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover perante os órgãos e autoridades públicas e/ou governamentais competentes, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e eventuais Aditamentos na JUCERJA, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários aos referidos registros;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações e no fornecimento de documentos obrigatórios, alertando o Debenturista



[Handwritten signature]

acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

- (vii) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas respectivas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (viii) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (ix) convocar, quando necessário, a AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (x) comparecer à AGD, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xi) elaborar relatórios destinados ao Debenturista, nos termos do Artigo 68, parágrafo primeiro, Alínea (b), da Lei das S.A., relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se a enviar todas as informações financeiras e atos societários necessários à realização do relatório supracitado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora até 15 (quinze) dias antes do encerramento do prazo para publicação do relatório conforme disposto na Lei das S.A.:
 - (a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;



M
d

40

- (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação da Debênture no mercado;
 - (e) amortizações e pagamento da Remuneração e outros pagamentos relativos à Debênture efetuados no período;
 - (f) verificação da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
- (xii) disponibilizar o relatório a que se refere o item (xi) acima ao Debenturista, no prazo máximo de 4 (quatro) meses, contado a partir do encerramento de cada exercício social da Emissora. Cada relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais: (a) na sede da Emissora; (b) na sede do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por esta indicado; (c) na CVM; (d) na CETIP; e (e) nas dependências do Coordenador, conforme indicado pelo Coordenador;
- (xiii) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando ao Debenturista que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (xiv) manter atualizadas as informações relativas ao Debenturista, incluindo seu respectivo endereço, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Agente Escriturador e/ou à CETIP;



[Handwritten signature]

41

- (xv) fiscalizar o cumprimento das disposições constantes desta Escritura e especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer da Emissora;
- (xvi) notificar o titular da Debênture no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contado a partir da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura, indicando o local e/ou os meios mediante os quais fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP, conforme aplicável; e
- (xvii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições da Debênture.

6.6. Sem prejuízo do disposto no item 4.11 acima, o Agente Fiduciário poderá lançar mão de quaisquer procedimentos, quer sejam judiciais ou extrajudiciais, em face da Emissora para a proteção e defesa dos interesses do Debenturista na realização de seus respectivos créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, não sanado no prazo legal ou estabelecido nesta Escritura:

- (i) declarar antecipadamente vencidas a Debênture e cobrar o respectivo Valor Nominal Unitário e/ou saldo do Valor Nominal Unitário e acessórios, observadas as condições da presente Escritura;
- (ii) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza, nos termos da legislação aplicável, quando aplicável;
- (iii) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos do Debenturista; e
- (iv) representar o Debenturista em processo de falência, recuperação judicial, extrajudicial ou similar, liquidação, dissolução e/ou extinção da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos itens (i) a (iv) acima se, convocada uma AGD, tal AGD assim o autorizar por deliberação do titular da Debênture.



42

6.7. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura da presente Escritura até a Data de Vencimento, sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura sejam cumpridas.

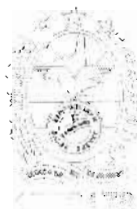
6.8. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada uma AGD, em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do evento que a determinar, para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário – a ser substituído –, pela Emissora, pelo titular da Debênture, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer até 5 (cinco) dias úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a escolha, sendo certo que a CVM poderá nomear um agente fiduciário substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará remuneração ao novo agente fiduciário que seja superior à remuneração avençada nesta Escritura.

6.8.1. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá o Agente Fiduciário comunicar imediatamente tal fato à Emissora e ao Debenturista, solicitando sua substituição.

6.8.2. É facultado ao titular da Debênture, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da Debênture, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu respectivo substituto, em AGD especialmente convocada para tal fim, nos termos desta Escritura.

6.8.3. Caso ocorra efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto perceberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário, ~~simulada~~ em todos os respectivos termos e condições, ficando estabelecido que a primeira parcela de remuneração devida ao substituto será calculada ~~pro~~ *rata temporis*, a partir da data de início do exercício de suas funções como agente fiduciário da Emissão. A remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada em AGD.

6.8.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do



Handwritten signature or mark.

43

atendimento aos requisitos previstos no Artigo 9 da ICVM 28/83, conforme o caso, e eventuais normas posteriores que versem a esse respeito.

6.8.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura, que deverá ser registrado na JUCERJA.

6.8.5.1. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la ao Debenturista em forma de aviso, nos termos da Cláusula IX abaixo.

6.8.5.2. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento à presente Escritura, inclusive, até sua efetiva substituição, a Data de Vencimento, ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura sejam cumpridas.

6.8.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA VII AGDs

7.1. O Debenturista poderá, a qualquer tempo, deliberar sobre os assuntos pertinentes à Emissão mediante AGD, aplicando-se a cada tal AGD, no que for pertinente, as disposições do Artigo 71 da Lei das S.A.

7.1.1. Levando em consideração a existência de apenas uma Debênture, a ser detida por apenas um Debenturista, todos os atos e decisões que, de qualquer forma, virem a envolver direta ou indiretamente, os interesses do Debenturista, deverão ser, obrigatoriamente, comunicados sob a forma de "Aviso ao Debenturista", a ser enviado conforme as disposições da Cláusula IX abaixo.



44

7.2. A AGD poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, ou pelo titular da Debênture conforme o item 7.2.1 abaixo, ou, ainda, pela CVM.

7.2.1. Levando em consideração a existência de apenas uma Debênture, a ser detida por apenas um Debenturista, a convocação para cada AGD dar-se-á nos termos do item 7.2 acima e, alternativa e complementarmente, por solicitação expressa e individual do Debenturista, através de anúncio publicado de acordo com as regras aplicáveis à publicação de anúncio de convocação de assembléias gerais constantes da Lei das S.A.

7.3 Aplica-se às AGDs, no que couber, o disposto na Lei das S.A. para assembléias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da AGD caberá ao único Debenturista ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. As AGDs serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

7.4.1. A convocação para a realização de AGD em segunda convocação deverá ser realizada com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência da data marcada para a respectiva instalação.

7.4.2. Independentemente das formalidades previstas na legislação aplicável e nesta Escritura, será considerada regular a AGD a que comparecer o único titular da Debênture em circulação.

7.5. A AGD instalar-se-á mediante presença do Debenturista.

7.6. A Debênture conferirá a seu respectivo titular o direito a deliberar em AGDs.

7.6.1. Qualquer alteração: (i) no Prazo de Vigência da Debênture; (ii) na data de pagamento de Amortizações e/ou da Remuneração; (iii) no parâmetro de cálculo da Remuneração; ou (iv) ao item 4.11 acima, deverá ser aprovada pelo titular da Debênture.

7.6.2. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura, incluindo, sem limitação, no que diz respeito à definição



48

da taxa/índice de referência substitutivo de que trata o item 4.10.4 desta Escritura, dependerá da aprovação do Debenturista.

7.6.3. Adicionalmente, para a ausência de dúvidas, o exercício da prerrogativa contemplada pelo item 4.11.3 acima (i.e., determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado da Debênture), dependerá de deliberação expressa e por escrito do titular da Debênture.

7.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGDs.

7.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer às AGDs para prestar ao titular da Debênture as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA VIII
DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

8.1. A Emissora declara e garante ao Debenturista e ao Agente Fiduciário que, na data da assinatura desta Escritura:

- (i) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, incluindo, sem limitação a Lei das S.A.;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários;
- (iii) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura têm poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (iv) a celebração desta Escritura, a formalização dos Documentos das Garantias, a realização da Emissão e a colocação da Debênture não infringem nenhuma disposição legal, contrato ou instrumento relevante

46

para os negócios da Emissora dos quais a Emissora seja parte nem importará: (a) no vencimento antecipado de obrigações estabelecidas em quaisquer de tais contratos e/ou instrumentos; (b) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos; ou (c) na criação de qualquer ônus sobre quaisquer ativos ou bens da Emissora e/ou de suas Afiliadas, exceto pelas Garantias indicadas no item 4.5 acima;

- (v) a Emissora, nesta data, detém todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes necessárias para o exercício de suas atividades, as quais se encontram válidas e em pleno efeito, exceto nas hipóteses em que a falta de obtenção ou de manutenção das referidas autorizações e licenças não comprometa a capacidade operacional da Emissora; e
- (vi) a Emissora cumpre as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos e autoridades públicas e/ou governamentais, autarquias e/ou tribunais, exceto aquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais e/ou administrativos apropriados, e/ou aquelas cujo descumprimento não possa afetar de maneira adversa relevante a Emissora.

CLÁUSULA IX
NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações a serem enviados por qualquer das Partes nos termos desta Escritura, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

- (i) se para a Emissora:

ISOLUX ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.
Avenida Marechal Câmara, nº 160, sala 1.818, Centro
Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20020-080

Tel.: 55-21-3077 0077
Fax: 55-21-3077 0060



Handwritten signature and initials.

48

At.: Sr. Angel Javier Casaseca de Prada
Email: jcasaseca@isolux.com

(ii) se para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A.
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514
Rio de Janeiro – RJ, CEP: 22640-102

Tel.: 21- 3385-4565
Fax: 21- 3385-4046
At: Marcelo da Costa Ribeiro
Email: marcelo@pentagonotrustee.com.br
c/c: trustee@pentagonotrustee.com.br

(iii) se para o Banco Mandatário:

ITAÚ UNIBANCO S.A.
Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707,
7º andar – Torre Eudoro Villela
São Paulo – SP, CEP: 04309-010

Tel.: 11- 5029-1910
Fax: 11- 5029-1943
At: Cláudia G. Vasconcellos
Email: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

(iv) se para o Agente Escriturador:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.
Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707,
7º andar – Torre Eudoro Villela
São Paulo – SP, CEP: 04309-010

Tel.: 11- 5029-1910
Fax: 11- 5029-1943
At: Cláudia G. Vasconcellos
Email: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br



45

48

(v) se para a CETIP:

CETIP S.A. – BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS

Rua Líbero Badaró, nº 425 - 24º andar
São Paulo –SP, CEP: 01009-000

Tel.: 11- 3111-1596
Fax: 11- 3115-1564

Av. República do Chile, 230, 11º andar,
CEP 20031-170, Rio de Janeiro –RJ

Tel.: 21- 2276-7474
Fax: 21- 2252-4308/2262-5481

(vi) se para o Coordenador:

BANCO VOTORANTIM S.A.

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar
São Paulo – SP, CEP: 04794-000

Tel.: 55-11-5171 2612
Fax: 55-11-5171 2656
At.: Sr. Roberto Roma
Email: roberto.roma@bancovotorantim.com.br

9.2. As notificações e/ou comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu respectivo recebimento seja confirmado por meio de indicativo de recebimento (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir do envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima

49

deverá ser comunicada a cada uma das demais pessoas indicadas nesta Cláusula IX pela pessoa que tiver seu endereço alterado.

CLÁUSULA X
DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Ausência de Vínculo: esta Escritura de Emissão não implica a formação de qualquer vínculo de qualquer natureza entre a Emissora e o Debenturista, nem entre uma parte e os empregados e contratados da outra parte, permanecendo cada parte exclusivamente responsável pela remuneração e respectivos encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários, bem como pelas reclamações e ações de seus funcionários, empregados e/ou contratados, devendo manter a outra parte a salvo de tais reclamações, ações e demandas, e indenizá-la de todas e quaisquer quantias, inclusive honorários advocatícios e custas judiciais devidas em decorrência de tais reclamações, ações e demandas, inclusive reivindicações relativas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e quaisquer direitos previdenciários.

10.2 Independência das Disposições: se qualquer termo ou outra disposição desta Escritura de Emissão for considerado inválido, ilegal ou inexecutável diante de qualquer norma legal e/ou de ordem pública, todos os demais termos e disposições desta Escritura de Emissão permanecerão, independentemente, em pleno vigor e efeito pelo tempo em que o substrato econômico e jurídico das operações contempladas nesta Escritura não for prejudicado. Quando qualquer termo ou outra disposição for considerado inválido, ilegal ou inexecutável, a Emissora e o Debenturista negociarão em boa fé a alteração desta Escritura de modo a fazer vigorar sua intenção original da melhor maneira possível, e a fim de que as transações aqui contempladas sejam realizadas e preservadas.

10.3 Renúncia: o não exercício pelo Debenturista, pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário de quaisquer de seus direitos, ou a não execução de quaisquer dos termos ou condições desta Escritura não serão considerados renúncia a esses direitos, exceto quanto a direitos especificamente limitados à data de seu exercício, nem impedirão o Debenturista, a Emissora e/ou o Agente Fiduciário de fazer valer ou exercer quaisquer desses direitos.

510

10.3.1 A eventual tolerância, pelo Debenturista, pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, da inexecução de quaisquer cláusulas ou condições desta Escritura, a qualquer tempo, deverá ser interpretada como mera liberalidade, não implicando, portanto, em novação, transação, perdão, renúncia ou dispensa da obrigação assumida, nem desistência do cumprimento das disposições aqui contidas, ainda que o dispositivo violado possa ser considerado como cancelado ou modificado unilateralmente.

10.4 Irrevogabilidade: a presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores a qualquer título.

10.5 Acordo Integral: esta Escritura de Emissão e os Documentos das Garantias constituem o único e integral acordo com relação aos negócios aqui contidos e/ou contidos nos Documentos das Garantias. Quaisquer documentos, compromissos e avenças anteriores, orais, escritos ou de outra forma estabelecidos entre a Emissora e o Debenturista, o Coordenador, ou outra pessoa, conforme o caso, e referentes ao objeto desta Escritura serão considerados cancelados e não afetarão ou modificarão quaisquer dos seus termos ou obrigações estabelecidos nesta Escritura.

10.6 Execução Específica e Título Executivo Extrajudicial: para os fins da presente Escritura, a Emissora está ciente e aceita que a presente Escritura de Emissão representa um título executivo extrajudicial para todos os fins e efeitos legais, especialmente aqueles contemplados pela Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), e que as obrigações contidas nesta Escritura estão sujeitas à execução específica, de acordo com os Artigos 461, 632 *et seq.* do Código de Processo Civil.

10.7 Acordo Mútuo, Boa-fé e Equidade: as Partes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

10.8 Verificação de Veracidade: o Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade com relação às deliberações societárias e/ou atos da administração ou qualquer outro documento ou registro da Emissora que considere autêntico e que lhe tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora.



CLÁUSULA XI


FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões e/ou conflitos porventura oriundos desta Escritura.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as duas testemunhas abaixo assinadas.

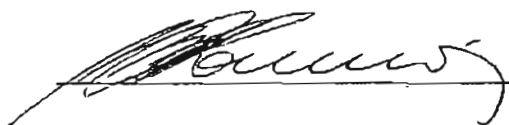
Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2010

ISOLUX ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.



Angel Javier Casaseca de Prada
Diretor Geral

PENTÁGONO S.A.

DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS



TESTEMUNHAS


Nome: Raelael Vinícius Faria de Oliveira
RG: Identidade: 12562376-9
CPF:


Nome: Marcos Vinícius Matos de Souza
RG: RG. N° 10657455 - IFP
CPF:

JUR_SP 11275436v16 83.296972

51

ED33000212-5/000
DATA 10/12/2010

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: ISOLUX ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S/A
Nire: 33.3.0028360-3
Protocolo: 00-2010/757213-3
CERTIFICO QUE O PRESENTE FOI ARQUIVADO SOB O N°
ED33000212-5/000
DATA: 07/12/2010

Valéria G. M. Serra
SECRETARIA GERAL